

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

[Título: Divisão desanima até aliados de Meirelles](#)7

Sumário

VEÍCULO: O Globo	1
Título: O livro da Graça	1
Título: Carros elétricos aceleram em direção ao futuro	2
Título: Risco de perda para estatais	3
Título: Divisão desanima até aliados de Meirelles	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Construtoras negociam diretamente com prefeituras para driblar alta do asfalto	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Contas de luz sobem em um momento crítico.....	10

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Lauro Jardim

Título: O livro da Graça

BRASIL

Ainda com os bens bloqueados, Graça Foster, presidente da Petrobras sob Dilma Rousseff, está escrevendo um livro sobre seus tempos na estatal.

ECONOMIA

Negócio (quase) fechado

Está muito perto de ser fechada a venda da PetroAfrica, controlada pela Petrobras e pelo BTG. Disputam o ativo duas gigantes suíças, a Glencore e a Vitol, a maior trading de petróleo do mundo. O negócio sairá por cerca de US\$ 2,6 bilhões, menos do que os US\$ 3 bilhões pagos pela empresa em 2013.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio

Autor: Luciana Nunes Leal E Rachel Vit

Título: Carros elétricos aceleram em direção ao futuro

Embaixador da ONU para o meio ambiente defende a expansão dos veículos no Brasil

“A expansão dos veículos elétricos já é o presente, não o futuro”, avalia o paulistano Lucas Di Grassi, piloto da Fórmula E, competição em que nenhum carro utiliza combustível. Escolhido embaixador da ONU para o meio ambiente, ele diz que, no Brasil, a tendência é que esse tipo de transporte comece a crescer com o uso de bicicletas e pequenas motos e, depois, avance para automóveis e veículos maiores.

O maior desafio, avalia, será adaptar a infraestrutura das cidades para receber os equipamentos destinados à recarga. Nos Estados Unidos, segundo o piloto, os carros elétricos são 20% mais caros que os tradicionais. Ele destaca que o investimento é compensado no médio prazo com a economia no abastecimento e os custos menores de manutenção: — Encher um tanque de combustível tradicional pode custar R\$ 300, o que equivale a um gasto de R\$ 24 em um carro elétrico.

O investimento na compra é compensado nos primeiros cinco anos. E há um ganho enorme para a saúde, para a qualidade do ar nas cidades. Di Grassi aponta outros ganhos para o meio ambiente: — É mais barato produzir eletricidade e usá-la em veículos do que tirar petróleo do pré-sal e transformá-lo em gasolina. Isso vai mudar completamente a matriz energética do mundo, e o Brasil não pode ficar para trás.

Mas depende do incentivo do governo e do lobby do (setor de) combustível. Essa história de falar que o petróleo é nosso virou coisa do passado. No Brasil, a compra de carros elétricos e híbridos tem crescido, mas ainda é pequena: equivale a apenas 0,2% do total de novos licenciamentos em 2018. A frota no Estado do Rio, até maio deste ano, é de 74 veículos, dois a mais em relação a 2017, de acordo com o Detran.

Motorista de carro executivo, Anderson Moraes Pereira, de 26 anos, faz parte da estatística. Há quatro meses, decidiu investir em um modelo híbrido (elétrico e gasolina). — A autonomia de um veículo a gás é menor, precisava abastecer duas vezes por dia. Agora, só o faço duas vezes por semana. Cada abastecimento custa R\$ 200, e posso rodar 700 quilômetros — diz Anderson, dando como exemplo o consumo de seu carro híbrido.

Anderson pagou R\$ 90 mil por um Fusion 2014, cerca de R\$ 20 mil a mais do que o modelo tradicional. Segundo ele, o investimento compensa pela economia com combustível, pelo desconto do IPVA e pela dispensa de equipamentos extras, como ocorre em veículos a gás. — A maioria dos passageiros que entra no meu carro não conhece um veículo elétrico, e fica impressionada com o silêncio e a economia.

Não tenho que carregar o meu Fusion, que roda 20 quilômetros com energia elétrica. Quando acaba, precisa apenas de dois ou três minutos com gasolina para recarregar.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bárbara Nascimento

Título: Risco de perda para estatais

Seis principais empresas públicas têm possível débito de R\$ 43,8 bi, 7,6% do patrimônio

-BRASÍLIA- O julgamento de uma ação bilionária com ganho de causa para funcionários da Petrobras nas últimas semanas evidenciou a dimensão dos passivos trabalhistas que ameaçam as finanças das estatais. Levantamento feito pelo GLOBO com as seis principais empresas públicas do país — Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Eletrobrás, Correios e BNDES — mostra débito possível de R\$ 43,8 bilhões (dados do 1º trimestre de 2018). Desse montante, R\$ 14,2 bilhões são considerados como “risco de perda provável”. Ou seja, são dados como praticamente perdidos e têm que ser provisionados dentro do balanço financeiro das empresas. O débito possível representa 7,6% do total do patrimônio líquido (que exclui as dívidas e mostra a

saúde financeira) dessas empresas. Por outro lado, só o passivo provável corresponde a quase todo o lucro que as estatais tiveram no primeiro trimestre deste ano, de R\$ 14,9 bilhões. Isso significa que, apesar de deixarem provisionados em seus balanços os valores que consideram perdidos, qualquer surpresa nas decisões judiciais que não estão provisionadas pode representar um aperto no manejo financeiro dessas estatais.

Em última instância, a situação pode prejudicar decisões de investimento e afetar a imagem de empresas perante investidores. — Uma empresa com um passivo desses no balanço perde valor em Bolsa. O risco nesses casos é grande, porque a Justiça do Trabalho é protetiva (ao trabalhador) no sentido de que essas verbas discutidas são consideradas como de natureza elementar — diz a advogada Maria Lúcia Benhame, sócia do escritório Benhame Sociedade de Advogados. Em empresas menores, a fragilidade é ainda maior e ameaça efetivamente o patrimônio das estatais. No Serpro, responsável pelo processamento de dados federais, dois acordos fechados com funcionários e uma decisão judicial a favor de um grupo de empregados, no fim do mês passado, geraram uma conta milionária para a empresa, de R\$ 351 milhões. O número não só é bem maior que o lucro obtido pela estatal no trimestre, de R\$ 73 milhões, como representa metade de todo o patrimônio líquido da empresa. Os acordos foram feitos para evitar prejuízo muito maior: a empresa calculava que, se perdesse esses processos integralmente na Justiça, a conta seria superior a R\$ 1 bilhão.

Para os especialistas, os passivos altos refletem uma combinação de fatores, que vão desde falhas de gestão estratégica até a morosidade da Justiça no país, que leva processos a tramitarem por décadas e a atingirem cifras vultosas após correção monetária. No caso do Banco do Brasil, por exemplo, só a atualização monetária engordou o passivo provável em R\$ 56 milhões no período de um ano. Nos Correios, o aumento foi de R\$ 1,8 milhão apenas entre dezembro de 2017 e março de 2018. Os passivos trabalhistas são corrigidos pela Taxa Referencial e por juros (simples) de 1% ao mês. No caso do Serpro, um dos acordos, feito em processo que se alongava há quase 30 anos no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio, deu a dez empregados da empresa o direito de receber R\$ 80 milhões, após todas as correções e juros referentes às três décadas. Eles foram demitidos em 1989 e pediam reintegração. Há casos em que um único empregado receberia R\$ 25 milhões, conforme revelou o colunista do GLOBO Ascânio Seleme.

PETROBRAS E ELETROBRÁS TÊM MAIORES PASSIVOS

O maior passivo é o da Petrobras, que tinha provisionados, até março, R\$ 4,7 bilhões para perdas prováveis. O número é mais da metade do lucro da estatal no primeiro trimestre, de R\$ 6,96 bilhões. Outros R\$ 24 bilhões são

questionados em ações judiciais, mas são considerados como “saída de recursos não provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação”. A principal dessas ações foi julgada há 15 dias pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que deu ganho de causa para os funcionários da Petrobras. O processo, que envolve um conjunto de ações coletivas movidas por trabalhadores de 15 estados, discute o cálculo de remunerações adicionais dos empregados da estatal e contempla 51 mil funcionários ativos e inativos da petroleira.

Os sindicatos querem que adicionais, como periculosidade, fiquem de fora do cálculo da remuneração mínima e sejam pagos separadamente. Se não conseguir sucesso em seu recurso no Supremo Tribunal Federal (STF), a Petrobras poderá ter um impacto nas contas de R\$ 17 bilhões: gastos de R\$ 15,2 bilhões com salários retroativos e um aumento de R\$ 2 bilhões na folha de pagamento a cada ano. Um outro processo, movido pelo Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense contra a estatal, quer que a companhia pague como hora extra tudo que ultrapassar as 12 horas diárias de jornada aos trabalhadores embarcados nas plataformas e navios. A ação, que está no TST, quer também que a companhia seja obrigada a respeitar “intervalo interjornada” (período entre a saída do trabalho e sua volta ao serviço) de 11 horas. Ou seja, no dia em que o funcionário tiver que extrapolar sua jornada, terá de entrar mais tarde no dia seguinte. A Petrobras estima que esse processo lhe custará R\$ 1,3 bilhão. A Eletrobrás tem o segundo maior passivo da lista, estimado em R\$ 6,6 bilhões. Destes, R\$ 2,2 bilhões são considerados como prováveis.

Entre as ações sofridas pela empresa de energia está um processo movido pela Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) contra o presidente da empresa, Wilson Ferreira Júnior, após ele ter chamado de “vagabundos” e “safados” parte da chefia da empresa. A federação pede indenização equivalente a dez salários mínimos (R\$ 9.540,00) para 23 mil trabalhadores, além de indenização por dano moral coletivo. A ação tramita em fase inicial. A Caixa tem estimados R\$ 4,5 bilhões provisionados para 63,9 mil processos trabalhistas. O Banco do Brasil e os Correios têm passivos de R\$ 2,7 bilhões e R\$ 992,8 milhões, respectivamente. E o BNDES, R\$ 57,8 milhões, em 187 processos que envolvem o banco. A maior parte deles, 126, já está no TST. Mesmo que as empresas percam as ações, o pagamento dos passivos não deve se dar em única parcela. Ele costuma ser dividido em vários anos.

HORAS EXTRAS: O PRINCIPAL QUESTIONAMENTO

Entre as estatais analisadas pelo GLOBO, o principal motivo que leva os funcionários a entrarem na Justiça é o questionamento de horas extras. O advogado trabalhista Fernando Peluso, do escritório Peluso, Stüp e Guaritá

Advogados, explica que as horas extras estão no topo das reclamações trabalhistas do país. E ressalta que, no caso dos bancos, é uma discussão sujeita a interpretações variadas, uma vez que há uma série de questionamentos sobre a jornada desse tipo de profissional: — O empregado está executando as tarefas e, quando vê, passou. Além disso, casos de horas extras ficam mais comuns à medida que as empresas estão com quadros de empregados mais reduzidos. Nas instituições financeiras, existe ainda uma discussão jurídica ampla sobre o tamanho da jornada.

Também estão na lista de processos contra as estatais, questionamentos sobre indenizações, complementação de aposentadoria, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de gratificação de função, benefícios, participação nos lucros e responsabilidade subsidiária. Para Maria Lúcia Benhame, há descuido por parte das empresas, tanto do setor privado quanto do público, na gestão estratégica de questões trabalhistas. Para ela, há pouca preocupação com uma atuação preventiva, para evitar que tantos casos parem na Justiça. A advogada explica que muitos dos problemas são resultado de acordos mal gerenciados. — Faltam coisas básicas, como o cuidado de documentar ata de assembleia, votação e apuração — diz, completando:

— O problema é uma má gestão diária e um total desprezo da área executiva das empresas em relação à área trabalhista. Ela é vista como uma área menor, que só traz despesa. Não se investe em informação, em construir uma expertise em negociação sindical, para que isso seja bem feito. O advogado Domingos Fortunatto, sócio do escritório Mattos Filho, ressalta, no entanto, que há um esforço perceptível das estatais na busca de acordos e conciliações: — Antes, ninguém dava atenção para isso. Agora, os números são grandes, e as empresas têm tomado cada vez mais cuidado. As empresas públicas têm liderado iniciativas para celebrar acordos. Existe uma conscientização para diminuir a litigiosidade.

A Caixa, por exemplo, está dando andamento a uma política de conciliação judicial e extrajudicial com o objetivo de diminuir os litígios e os valores: “Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a Caixa continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos”, diz a empresa em seu demonstrativo financeiro. Procuradas, as empresas se limitaram a reiterar as informações de seus balanços. O Tribunal de Contas da União (TCU) disse que não tem nenhum processo ou investigação relacionados aos passivos trabalhistas das estatais.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Letícia Fernandes****Título: Divisão desanima até aliados de Meirelles**

Pré-candidatura não tem consenso; desafio é conseguir maioria na convenção do MDB

-BRASÍLIA- “Não existe consenso no MDB”. Esse é um dos mantras repetidos tanto pelos defensores da candidatura de Henrique Meirelles à Presidência da República, quanto pelo grupo de dissidentes que quer que o partido libere os diretórios nas eleições de outubro e não lance um nome próprio ao Palácio do Planalto. Nos bastidores, esse movimento é tido como uma possibilidade concreta até por caciques da cúpula da legenda, que hoje dizem apoiar o nome de Meirelles.

Para consolidar sua candidatura, o pré-candidato do partido tem o desafio de conseguir a maioria dos 629 votos da convenção nacional da legenda, que deve ocorrer no próximo dia 31. Pesa contra Meirelles, além da divisão natural da legenda, o fato de estar estacionado nas pesquisas de intenções de votos, sem passar de 1%. Isso desanima boa parte dos emedebistas, mesmo os que defendem uma candidatura do partido.

A legenda não tem candidato presidencial próprio desde 1994, quando lançou Orestes Quércia. São 443 convencionais com direito a voto. Quanto mais cargos o convencional ocupa, mais votos tem à disposição. Presidente do MDB, o senador Romero Jucá (RR) vota quatro vezes; o presidente Michel Temer tem ao menos três votos, assim como **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, também presidente da Fundação Ulysses Guimarães.

Meirelles deu prioridade, em um primeiro momento, a conversas com os diretórios regionais que concentram maior número de votos, casos de Rio de Janeiro (61 votos), Rio Grande do Sul (53), Minas Gerais (52), Santa Catarina (45) e São Paulo (37). Desde a semana passada, mirou nos diretórios das regiões Norte e Nordeste. O ex-ministro tem boa aceitação em alguns estados dessas regiões, como o Pará, que tem direito a 30 votos, mas enfrenta resistências em outros.

O comando do maior diretório do Nordeste, o do Ceará, que soma 33 votos na convenção, tem grandes restrições à possibilidade de uma candidatura própria. Ao lado do senador Renan Calheiros (AL), o senador Eunício Oliveira (CE), presidente do Congresso Nacional, tem liderado o movimento dos dissidentes, que acreditam que Meirelles não será formalizado candidato na convenção.

Eunício tem reclamado com pessoas próximas de que nunca recebeu um telefonema do pré-candidato. Sua equipe, no entanto, já marcou um encontro tête-à-tête dos dois, desmarcado depois pelo próprio senador. Desde então, não houve nova data.

Articuladores da campanha de Meirelles garantem ter cerca de 450 votos, enquanto os dissidentes, concentrados em boa parte dos diretórios de Norte e Nordeste, também dizem ter maioria para barrar o nome do ex-ministro da Fazenda. O grupo crítico a Meirelles afirma ter maioria em Alagoas, Pernambuco, Pará, Ceará, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Amazonas. Juntos, esses diretórios somam 238 votos.

TRAICÃO OU TRUNFO

O voto secreto na convenção nacional, que abre margem para traições, também é visto como um trunfo pelos dissidentes. Eles acreditam que mesmo aqueles que hoje dizem apoiar Meirelles podem votar contra o pré-candidato — sobretudo se ele não subir nas pesquisas. Para crescer, Meirelles argumenta, no entanto, que, por ser pouco conhecido pelos eleitores, precisa chegar à campanha, onde poderá usar o farto tempo de televisão de que vai dispor o MDB.

— O nosso cálculo é o seguinte: há os que apoiam abertamente a liberação e os que apoiam veladamente. No voto secreto, a gente vence — disse um dos caciques que não quer nome próprio do MDB. O senador Renan Calheiros diz que a candidatura de Meirelles “rebaixa” o MDB, e que o partido tem tradição em abandonar nomes da legenda à Presidência: — O MDB não pode insistir em uma candidatura que rebaixa o partido e atrapalha as candidaturas regionais.

Estou trabalhando para que o nome do Meirelles não seja homologado. Ele não soma, pelo contrário. Atrapalha muito as candidaturas regionais — disse o senador, aproveitando para provocar Temer, antigo rival: — Temos história de derrota de candidatos apoiados por Temer nas convenções.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Construtoras negociam diretamente com prefeituras para driblar alta do asfalto

Mercado Aberto

Construtoras têm negociado alternativas diretamente com administrações municipais e estaduais para contornar as altas no preço do asfalto, segundo entidades do setor.

A Petrobras, responsável pelo fornecimento, passou a reajustar os valores mensalmente em maio, de acordo com sua nova política de preços para o petróleo.

Os contratos das prestadoras de serviço com o poder público, porém, só podem ser alterados anualmente.

“De outubro para cá tivemos uma elevação de 52%. Temos buscado uma maneira de realinhar esses custos”, diz Carlos Eduardo Prado, gerente técnico do Sinicesp (sindicato da construção pesada).

“Algumas prefeituras fornecem o material para as construtoras ou pagam o que é apresentado em notas fiscais. Sabem que, se nada for feito, as obras param.”

Uma proposta que reduz o prazo para o reajuste dos contratos começou a ser discutida com a União, mas as negociações estão paradas, diz Emir Cadar Filho, presidente da Brasinfra (que reúne associações de infraestrutura).

“As prefeituras têm sido mais ágeis que o governo federal. Muitas dão o reajuste logo após o da Petrobras.”

“Não há uma regra única, varia de lugar para lugar”, afirma José Carlos Martins, da Cbic (câmara da construção).

O setor se preocupa com a possível judicialização dessa solução no futuro por não ser uniforme, diz ele.

A lei de licitações abre possibilidade para que os contratos sejam rediscutidos no caso de “fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis”.

O que estou lendo - Henrique Meirelles pré-candidato à Presidência (MDB)

O ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles relê os livros “1808”, “1822” e “1889”, do jornalista Laurentino Gomes. O pré-candidato está quase acabando o primeiro da série, mas conta que vai ler todas as obras de novo.

“Essa trilogia é um excelente extrato da história do Brasil no século 19, com uma visão interessada na construção de um país independente e republicano”, disse

antes de embarcar para Chapecó (SC), uma de suas visitas ao partido pelos estados.

Meirelles já teria passado por 15 diretórios (que representam mais de 80% dos 630 votos dos delegados) em sua tentativa de ganhar a convenção partidária do fim deste mês.

O também ex-presidente do Banco Central durante a gestão de Lula continua se encontrando com empresários e com evangélicos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Contas de luz sobem em um momento crítico

Em uma fase delicada para a economia, que vem em lento crescimento e que ainda se ressentir dos efeitos da greve dos caminhoneiros, os reajustes das tarifas de eletricidade autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a região atendida pela Eletropaulo Metropolitana – de 15,14% para residências e comércio e de 17,67% para a indústria – surpreenderam os analistas, que não esperavam aumento superior a 10%. Os reajustes anuais são contratuais e refletem as consequências da prolongada seca que afeta os reservatórios do Sudeste, que vem pressionando os custos de geração. Tais aumentos de tarifas podem vir a significar uma elevação da taxa de inadimplência no mercado e um peso adicional nos custos da indústria que luta para recuperar-se, devendo igualmente ter um certo impacto sobre a inflação.

A distribuidora Eletropaulo, atualmente controlada pela italiana Enel, atende 7,2 milhões de consumidores na capital paulista e na região metropolitana, onde está localizado o maior parque industrial do País. As indústrias locais têm procurado compensar o desaquecimento do mercado interno com exportações, favorecidas pela alta do dólar, apesar da volatilidade do câmbio. Mas, naturalmente, com maior dispêndio com eletricidade – considerando que, além do aumento decretado, as contas de luz estão hoje sujeitas à bandeira vermelha 2 (acréscimo de R\$ 5,00 por 100 kWh consumidos) –, as indústrias paulistas terão seus custos onerados, o que pode comprometer sua competitividade internacional.

Se isso vai afetar o alto desemprego na região é uma questão em aberto. O que se tem observado é que muitos consumidores, mesmo pagando as contas de luz, e buscando economizar energia, essencial para qualquer atividade, deixam de cumprir outros compromissos, o que acaba influenciando sobre o índice geral de inadimplência. Quanto à inflação, o impacto do aumento de tarifas da

Eletropaulo é estimado entre 0,16 e 0,19 ponto porcentual no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), não devendo alterar as projeções correntes de uma taxa acumulada de 4,2% em dezembro de 2018. A melhor expectativa é que, com as chuvas de fim de ano, as contas voltem a ser balizadas pela bandeira amarela, baixando as contas de luz.

MME / ASCOM .